

MONIQUE CANTO-SPERBER (dir.), avec la coll. de Jonathan Barnes, Luc Brisson, Jacques Brunschvicg, Gregory Vlastos, *Philosophie grecque*, Paris: PUF, 1997, 885 p.

A incansável Professora Monique Canto-Sperber, à qual o estudioso já deve a direção do monumental *Dictionnaire d'Éthique et de philosophie morale* (PUF, 1996), além de importantes contribuições no campo da filosofia antiga, sobretudo do platonismo, oferece-nos nessa obra, juntamente com seus ilustres colaboradores, a melhor introdução atualmente disponível ao estudo da filosofia grega. Não obstante ter sido incluída na conhecida coleção *Premier Cycle*, destinada aos estudantes que inicial seu curso universitário, a obra supera de muito os limites de um texto didático. Cada um dos colaboradores, especialista eminente na sua área, oferece-nos, de fato, uma síntese magistral do tema que lhe foi confiado, compreendendo uma apresentação do estado atual da pesquisa, e uma interpretação temática dos textos, ao mesmo tempo pessoal e objetiva. A obra dirigida por Monique Canto-Sperber põe assim à

disposição do estudante e igualmente do professor e do pesquisador, como também do leitor interessado, um precioso instrumento de trabalho e uma soma única de informações, análises e apreciações críticas que a tornam desde já uma referência indispensável no estudo da filosofia grega.

A utilização proveitosa desse livro deve começar pela leitura do Anexo (pp. 781-825) redigido por M. Canto-Sperber e Luc Brisson: “O que é necessário saber antes de começar o estudo do pensamento antigo”. As informações mais importantes e mesmo indispensáveis que o leitor deve ter presentes ao iniciar a leitura ou a consulta do livro estão reunidas nos seguintes tópicos: 1. *Os problemas* — Em primeiro lugar, o problema do *texto* na sua materialidade, ou seja, dos materiais usados na Antiguidade para a escritura, da sua conservação e transmissão, da sua reconstituição e, sobretudo, da sua interpretação filosófica; em segundo lugar, os problemas da autenticidade e da cronologia dos textos, seja atribuídos a diversos autores seja dentro da

obra de um mesmo autor. 2. *As soluções* — Em primeiro lugar o conhecimento do contexto histórico e cultural (indicação de uma bibliografia básica, pp. 801-805); em segundo lugar, o estabelecimento crítico do texto, conhecimento e leitura do aparato crítico (exemplos nas pp. 809-812; principais coleções de textos criticamente editados, pp. 812-813); em terceiro lugar a utilização dos *testemunhos* antigos, comentários e referências, e os critérios dessa utilização. 3. *Os instrumentos contemporâneos de pesquisa* — Revistas especializadas, bibliografia e, recentemente, o uso da *Internet* e seus recursos (pp. 824-825).

O leitor fica, desta sorte, preparado para a leitura ou utilização da obra. Essa obedece a uma concepção original, única provavelmente entre as publicações congêneres e que é explicitada com exemplar clareza por Monique Canto-Sperber na Introdução (pp. XI-XIII). Ressaltemos alguns traços dessa originalidade: em termos de concepção e redação das partes atribuídas a cada autor, a convergência entre a tradição historiográfica dos próprios autores (três franceses, dois anglo-saxônicos) e a coerência da obra como um todo; em termos de exposição e avaliação crítica, a especificidade e originalidade reconhecidas a cada complexo temático, o que permite a superação do paradigma vulgarizado de uma evolução quase linear dos pré-socráticos ao neoplatonismo. É assim plenamente restabelecida a identidade da filosofia pré-platônica, independentemente da ótica platônico-aristotélica sob a qual é geralmente estudada; a figura de Sócrates é posta em relevo com seu perfil próprio, sem ser absorvida pelo chamado “problema de Sócrates”; e as mesmas características se encontram nos capítulos dedicados a Platão, Aristó-

teles, as filosofias helenísticas e pós-helenísticas. Nesse esforço por ressaltar a originalidade de cada um dos grandes períodos da filosofia grega reside, afinal, o mérito maior dessa obra que logra, como é justiça reconhecê-lo, uma síntese magistral, bem de acordo com a ambição maior de todo pensamento filosófico, entre o *multiplicidade* extremamente rica de doze séculos de história do pensamento, e a *unidade* reunida sob a denominação compreensiva de *filosofia grega*.

O livro é dividido em 8 partes: 1. Os pensadores anteriores a Sócrates: Preplatônicos (*Jonathan Barnes*) e Sofistas (*Luc Brisson*); 2. Sócrates e sua influência: Sócrates (*Gregory Vlastos*) e os Socráticos (*Luc Brisson*); 3. Platão (*Monique Canto-Sperber*); 4. Aristóteles (*Monique Canto-Sperber*); 5. A filosofia na época helenística (*Jacques Brunschwig*); 6. As tradições platônicas e aristotélicas (*Luc Brisson*); 7. O Cristianismo face à filosofia (*Luc Brisson*); 8. O mundo bizantino e a filosofia grega (*Luc Brisson*). A bibliografia essencial, sobretudo de língua francesa, está reunida no fim de cada parte, ao passo que as referências às fontes são inseridas no próprio texto. Numerosas cartas do mundo grego antigo, sendo duas de Atenas na época helenística com a localização das quatro grandes escolas filosóficas e um quadro cronológico completo (*Monique Canto-Sperber* e *Luc Brisson*) do séc. VIII A. C. ao século XIV P. C. completam esse precioso instrumento de trabalho.

Numa obra dessa amplitude e de uma tal riqueza de informações, de análises, de interpretações, vários pontos se prestam à discussão, sobretudo levando-se em conta o fato já assinalado de que cada autor traz consigo seja a tradição de uma escola historiográfica seja a

marca da sua própria especialização. De resto, um dos méritos do livro, que o distingue de um simples compêndio didático, reside nessa decidida opção pela análise reflexiva e questionante que se dirige aos textos estudados, aos problemas neles levantados, aos argumentos com que são enfrentados. Nesse sentido tem razão Monique Canto-Sperber ao pretender logo de início para essa *Philosophie grecque*, pelo seu estilo e pelo seu objeto, a qualidade de uma nova visão da história do pensamento grego.

Seria pois supérfluo ressaltar a importância de uma obra como essa, sobretudo para os que mantemos viva a convicção de que procedem da Grécia as grandes idéias e os grandes ideais a nortejar, pelo menos até o presente, o roteiro da cultura ocidental. Seria bem-vinda, aliás, uma tradução no momento em que diminui rapidamente no nosso meio universitário, para irreparável prejuízo cultural nosso, o número de leitores da língua francesa. O livro é dedicado à memória do grande platonizante americano Gregory Vlastos, falecido pouco depois de redigir o capítulo sobre Sócrates.

H. C. de Lima Vaz
CES — BH

VAMIREH CHACON, *O Humanismo Ibérico: a escolástica progressista e a questão da modernidade*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, 201 p.

Nesse recente e notável livro de Vamireh Chacon brilham de modo particular as duas qualidades que tornaram conhecido e universalmente apreciado como pensador político, historiador, sociólogo e filósofo da cultura o

ilustre professor da Universidade de Brasília: a aguda e certa intuição de temas e problemas que freqüentemente passam despercebidos ou não são suficientemente avaliados pelos melhores estudiosos; e a inesgotável e sempre segura erudição. Na obra que ora apresentamos e recomendamos aos leitores da SÍNTESE o tema central do qual toma o título é, na verdade, um tema que tem merecido a atenção de escritores e estudiosos eminentes, como lembra o Prof. Vamireh no seu sugestivo “Prefácio quase de sociologia da cultura” (pp. 11-15). Trata-se do discutido tema da especificidade e originalidade da civilização e cultura ibéricas (na medida em que os dois conceitos podem ser considerados distintos) e, particularmente, da sua tida como indiscutível inferioridade em face da cultura transpirenaica sobretudo de perfil norte-europeu. Esse juízo negativo, que passou a lugar-comum em certos círculos de historiadores e sociólogos fora reforçado, é preciso reconhecê-lo, por intelectuais ibéricos em momentos de pessimismo coletivo, como por alguns protagonistas da chamada geração de 98 na Espanha e por vários dos mais brilhantes representantes da geração que levantou e agitou a chamada “questão coimbrã” no desacreditado Portugal da segunda metade do século XIX, entre eles Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. É verdade que para quase todos chegou o momento da resipiscência e da revalorização das tradições nacionais. Como quer que seja, o problema permaneceu a exigir novos enfoques e perspectivas na sua formulação e no encaminhamento da sua solução. É a essa reavaliação inovadora de um problema já tão discutido que vem contribuir de modo decisivo o livro de Vamireh Chacon.

Tempo houve em que corria nas regiões transpirenaicas a proposição de uma

geografia ideologizada: “a Europa termina nos Pirineus”. Essa sentença está, sem dúvida, na origem da ficção de *A Jangada* de José Saramago, evocada por Vamireh Chacon. Seria o caso de se perguntar: que Europa? Com efeito, a Europa profunda, a Europa que se formou durante as longas preparações medievais e emergiu das grandes transformações dos séculos XV e XVI teria existido sem a decisiva contribuição da cultura hispana e sem o poderoso dinamismo histórico dos povos ibéricos? Sem a fundamental função mediadora exercida entre a civilização árabe e a civilização latino-cristã pelas escolas de tradutores da Península nos séculos XII e XIII de um lado, e sem a gesta dos descobrimentos a partir do século XV de outro? Sem a literatura do *siglo de oro* e a épica camoneana? E ainda — sendo esse o aspecto trazido à plena luz pela intuição e pelas investigações de Vamireh Chacon — sem a elaboração de um original e rico de muitas faces *humanismo ibérico*, que tornou possível a gestação do Direito Internacional, antecipou com Luis de Molina o paradigma de uma metafísica da liberdade, pedra angular da cultura moderna, levou os *Commentarii in Aristotelem* de Pedro da Fonseca, o *Cursus Conimbricensis* dos mestres de Coimbra e as *Disputationes Metaphysicae* de Francisco Suárez a se tornarem referências consagradas nas Universidades de toda a Europa, inclusive da Europa protestante, no século XVII? O *humanismo ibérico* floresce, pois, e irradia quando começava a prevalecer nos países norte-europeus a tradição do *humanismo iluminista*, iniciada, como é sabido, no erasmianismo renascentista, aliás com conhecidas ramificações, como mostrou Marcel Bataillon, em Espanha e Portugal.

É, portanto, no terreno sólido dos fatos culturais comprovados — no caso, o

fato incontestável da existência do *humanismo ibérico* — que se situa Vamireh Chacon para refletir sobre a sua significação histórica. A conclusão a que chegará o mestre brasileiro não será, pois, uma conclusão deduzida de premissas teóricas ou ideológicas. Será uma conclusão comprovada e verificável historicamente a partir de uma documentação impressionante posta à disposição do leitor nas numerosas notas do livro e recolhida na maior parte pelo A. nos quatro principais focos do humanismo ibérico, Évora, Coimbra, Salamanca e Alcalá de Henares, formando o espaço cultural simbolicamente denominado o “quadri-látero da luz” (*Prefácio*, fim).

Vamireh Chacon divide sua exposição em quatro longos capítulos que obedecem a uma seqüência cronologicamente regressiva: os dois primeiros tratam da cultura ibérica no século XVIII, os dois últimos do humanismo ibérico propriamente dito nos séculos XVI e XVII. Essa seqüência não é aleatória mas obedece metodologicamente aos fins da demonstração da tese proposta no livro. Trata-se de mostrar, se bem o entendemos, que a entrada ideologicamente orquestrada do *humanismo iluminista* na Península e, particularmente, em Portugal no século XVIII não encontra pela frente, como foi vulgarizado por certos estereótipos historiográficos, uma cultura estagnada, atrasada e estéril. Encontra, sim, a rica tradição do *humanismo ibérico* e tudo leva a crer que a crítica e depreciação dessa tradição por parte dos fautores do Iluminismo apenas aparentemente invoca autênticos valores culturais, sendo alimentada pela virulenta ideologia anti-cristã das suas fontes inglesas e francesas. Vamireh Chacon mostra, aliás, ao longo do seu livro, a receptividade ativa e criativa da revolução científica do século XVII em Por-

tugal e o eco que aí encontra sua expressão filosófica maior, o carsetianismo (pp. 39-41). O capítulo I estuda dois momentos significativos da cultura portuguesa setecentista, o reinado de D. João V e a gestão de Sebastião José de Carvalho. D. João V, cuja figura foi envolvida na campanha de descrédito do passado católico português, é restituída à sua verdadeira dimensão por Vamireh Chacon, como a de um moder-nizador, um iluminista moderado e, ao mesmo tempo, um herdeiro consciente da tradição do humanismo ibérico e da sua expressão teórica mais notável, que é aqui denominada “escolástica progressista”. O II. capítulo, dedicado ao Marquês de Pombal (1699-1782) que “paira, diz Vamireh Chacon, como uma sombra imensa sobre o XVIII século lusíada” (p. 65), “o menos ibérico dos séculos da modernidade” (p. 103) mas ao qual o A. faz justiça, inclusive na apreciação equilibrada e bem documentada da obra pombalina. Do século XVIII Vamireh Chacon retorna aos séculos XVI e XVII com o denso capítulo III, o mais longo e, sem dúvida, o mais importante do livro em ordem à demonstração da existência e da significação do humanismo ibérico. O título do capítulo traça o seu roteiro: “A escolástica progressista e o molinismo pre-weberiano”. A primeira parte visa justificar o atributo de “progressista” dado à Escolástica, denominada a Segunda Escolástica (ver Carlo Giacon, S. J., *La seconda Scolastica: i grandi commentatori di San Tommaso*, Milão, Fratelli Bocca, 1944) que floresceu na Península Ibérica por todo o século XVI e começos do século XVII, e que Vamireh Chacon coloca sob o signo do chamado “intelectualismo” (W. Windelband) de Tomás de Aquino (p. 121; é oportuno lembrar que a famosa tese de Pierre

Rousselot S. J. defendida e aprovada na Sorbonne em 1908, e que foi uma das obras precursoras da renovação tomista do século XX, leva o título *L'Intellectualisme de Saint Thomas*; espera-se para breve a publicação da tradução brasileira por Paulo Meneses, sob o título *A teoria da Inteligência em Tomás de Aquino*, S. P., Loyola, 1999). Esse “intelectualismo” irá, de uma maneira ou de outra, presidir ao desenvolvimento da Escolástica ibérica conferindo-lhe a inegável feição humanista e progressista que as páginas de Vamireh Chacon põem vigorosamente em evidência. A segunda parte desse cap. III ocupa-se com a tão discutida questão do *molinismo* e da influência que a célebre *Concordia liberi arbitrii cum gratiae donis* (Lisboa, 1588) irá exercer sobre o desenvolvimento posterior da concepção moderna da pessoa e da liberdade, oferecendo uma tese alternativa sobre a gênese cultural da “economia-mundo” (F. Braudel) às conhecidas interpretações (pp. 166-170) de M. Weber (calvinismo) e de W. Sombart (judaísmo). Finalmente, o último capítulo estuda a formação, o espírito e a influência de um dos mais famosos e, sem dúvida, mais difundidos programas pedagógicos dos fins da Renascença, a *Ratio et Institutio Studiorum Societatis Jesu* (1599) que, não será exagerado dizê-lo, esteve decisivamente presente na formação da cultura européia no século XVII e primeira metade do século XVIII e, como mostra Vamireh Chacon nas páginas finais do seu livro, marcou de maneira profunda a história do humanismo ibérico e sua versão portuguesa em Portugal mesmo e nas terras de aquém-mar, no Brasil.

A riqueza da erudição e a profusão das análises proíbem qualquer tentativa

de resumo do livro de Vamireh Chacon. Nosso intento nessa breve recensão foi o de apresentá-lo e, mais uma vez, recomendá-lo como fonte abundante de informações históricas e bibliográficas e como estímulo permanente à reflexão e ao confronto de idéias em torno de temas que tocam tão

profundamente a questão sempre discutida da nossa identidade cultural.

Henrique C. de Lima Vaz
CES — BH